



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
AVISO

XXXIX CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL DA CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

O **PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO** REPUBLICA, por incorreção no texto original publicado no DOe-MPRJ de 17.03.26, o conteúdo programático da disciplina jurídica **Direito Processual Civil**, nos termos do art. 28, §1º, da Deliberação CSMP nº 86, de 11 de dezembro de 2025.

1 – Banca de Direito Civil, Direito Processual Civil e Direito Empresarial

1.2 – Direito Processual Civil

Ponto nº 1

a) O Ministério Público no processo civil individual e coletivo. Inquérito civil (incluindo atos normativos do MPRJ e do CNMP sobre o tema). Termo de ajustamento de conduta (incluindo atos normativos do MPRJ e do CNMP sobre o tema). Acordo de não persecução civil (incluindo atos normativos do MPRJ e do CNMP sobre o tema). Conflitos de Atribuição. Aspectos processuais do Código de Defesa do Consumidor, Estatuto da Pessoa Idosa, Estatuto da Criança e do Adolescente e Estatuto da Pessoa com Deficiência. Lei do Mandado de Segurança Individual e Coletivo. Lei da Ação Civil Pública. Lei da Ação Popular. Lei de Improbidade Administrativa. Lei da Mediação. Lei da Arbitragem. Microsistema da tutela coletiva.

b) Litisconsórcio e intervenção de terceiros. Audiência de instrução e julgamento. Teoria geral da prova. Produção antecipada da prova. Provas em espécie. Do julgamento das ações relativas às prestações de fazer, de não fazer e de entregar coisa. Nulidades. Sentença e coisa julgada. Preclusões. Remessa necessária. Processo Coletivo. Processo Estrutural.

c) Ordem dos processos no tribunal. Teoria geral dos recursos. Recursos em espécie. Ação rescisória e ações de impugnação. Precedentes obrigatórios. Incidente de resolução de demandas repetitivas. Incidente de assunção de competência. Recursos Repetitivos. Repercussão Geral. Microsistema de gestão de casos repetitivos. Microsistema de formação de precedentes obrigatórios. Controle de Constitucionalidade. Incidente de arguição de inconstitucionalidade. Ações constitucionais individuais e coletivas. Ação Direta de Inconstitucionalidade. Ação Declaratória de Constitucionalidade. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental. Representação de Inconstitucionalidade.

Ponto nº 2

a) Teoria geral da ação. Legitimidade do Ministério Público. O Ministério Público como órgão agente e como órgão interveniente. Condições da ação. Concurso e cumulação de ações. Pressupostos processuais. Petição inicial. Requisitos, emenda e indeferimento. Estabilização



objetiva e subjetiva da demanda. Sujeitos do processo. Deveres das partes e de seus procuradores. Despesas, honorários e multas. Gratuidade de Justiça.

b) Tutelas provisórias. Estabilização da tutela provisória. Tutela de urgência. Tutela antecipatória. Tutela cautelar. Tutela de evidência. Suspensão da eficácia das tutelas provisórias deferidas contra o Poder Público. Lei da Ação Civil Pública. Lei da Ação Popular. Lei de Improbidade Administrativa.

c) Fontes das normas processuais. Formação, suspensão e extinção do processo. Audiência de conciliação e mediação. Mediadores e conciliadores. Arbitragem. Autocomposição. Mediação, negociação e conciliação de conflitos. Justiça multiportas.

Ponto nº 3

a) Processo Civil e Direitos Fundamentais. Ministério Público no processo civil. Fatos jurídicos processuais. Negócios jurídicos processuais. Prazos. Competência. Competência adequada. Processo Coletivo. Processo Estrutural.

b) Petição inicial. Requisitos, emenda e indeferimento. Respostas do réu. Teoria geral da prova. Provas em espécie. Teoria geral dos recursos. Recursos em espécie. Procedimentos especiais no Código de Processo Civil e em leis especiais. Ações de família. Procedimentos de jurisdição voluntária. Controle de constitucionalidade. Incidente de Arguição de Inconstitucionalidade. Ações constitucionais individuais e coletivas. Ação Direta de Inconstitucionalidade. Ação Declaratória de Constitucionalidade. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental. Representação de Inconstitucionalidade. Lei do Mandado de Segurança Individual e Coletivo. Mandado de Injunção. Habeas Data.

c) Litisconsórcio e intervenção de terceiros. Nulidades. Sentença e coisa julgada. Preclusões. Remessa necessária. Julgamento das ações relativas às prestações de fazer, de não fazer e de entregar coisa. Liquidação de sentença. Execução e cumprimento da sentença. Teoria geral da execução. Medidas atípicas na execução. Impenhorabilidades. Execução coletiva. Títulos executivos. Embargos à execução. Embargos de Terceiro. Fraude à execução.

Ponto nº 4

a) Partes. Capacidade e legitimação. Substituição processual. Litisconsórcio e intervenção de terceiros. Poderes, deveres e responsabilidade do juiz. Suspeição e impedimento. Sujeitos do processo. Deveres das partes e de seus procuradores. Despesas, honorários e multas. Gratuidade de Justiça. Auxiliares da justiça. Audiências. Mediação, negociação e conciliação de conflitos. Arbitragem. Justiça multiportas.

b) Os custos do processo. Ônus da prova. Teoria geral da prova. Provas em espécie. Provas ilícitas. Provas atípicas. Poderes instrutórios do juiz. Standards de prova. Prova e tecnologia. Coletivização da prova. Aspectos processuais do Código de Defesa do Consumidor, Estatuto da Pessoa Idosa, Estatuto da Criança e do Adolescente e Estatuto da Pessoa com Deficiência. Lei da Ação Civil Pública. Lei da Ação Popular. Lei de Improbidade Administrativa.

c) Jurisdição voluntária: disposições gerais e procedimentos em espécie. Processo de execução no Código de Processo Civil. Título executivo. Cumprimento de sentença. Execução contra a Fazenda Pública. Execução de alimentos. Embargos à execução. Embargos de Terceiro. Fraude à execução.

Ponto nº 5



a) Objeto do processo. Questões preliminares e questões prejudiciais. Mérito. Fatos e atos processuais. Negócios jurídicos processuais. Forma, lugar e tempo dos atos processuais. Prazos. Existência, validade e eficácia dos atos processuais. Poderes, deveres e responsabilidade do juiz. Suspeição e Impedimento. Nulidades. Sentença e coisa julgada. Preclusões.

b) O Ministério Público e os procedimentos especiais no Código de Processo Civil e na legislação extravagante. Atuação extrajudicial do Ministério Público. Inquérito civil (incluindo atos normativos do MPRJ e do CNMP sobre o tema). Acordo de não persecução civil (incluindo atos normativos do MPRJ e do CNMP sobre o tema). Conflitos de Atribuição. O Ministério Público como órgão agente e como órgão interveniente. Autocomposição no processo coletivo.

c) O processo nos Tribunais. Os precedentes obrigatórios. Incidente de assunção de competência. Incidente de resolução de demandas repetitivas. Controle de Constitucionalidade. Incidente de arguição de inconstitucionalidade. Ações constitucionais individuais e coletivas. Ação Direta de Inconstitucionalidade. Ação Declaratória de Constitucionalidade. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental. Representação de Inconstitucionalidade. Ação rescisória. Reclamação. Teoria geral dos recursos. Recursos em espécie. Normas processuais no tempo.

Ponto nº 6

a) Tutelas provisórias. Estabilização da tutela provisória. Tutela de urgência. Tutela antecipatória. Tutela cautelar. Tutela de evidência. Suspensão da eficácia das tutelas provisórias deferidas contra o Poder Público. Lei da Ação Civil Pública. Lei da Ação Popular. Lei de Improbidade Administrativa.

b) Execução de título extrajudicial. Disposições gerais da execução. As diversas espécies de execução. Suspensão e extinção do processo de execução. Embargos à execução. Embargos de Terceiro. Fraude à execução.

c) Normas fundamentais do processo civil. Aplicação das normas processuais. Direito intertemporal. Jurisdição e ação. Competência. Competência adequada. Cooperação judiciária e interinstitucional. Atos concertados. Centralização de processos repetitivos. Poderes, deveres e responsabilidade do juiz. Sujeitos do processo. Deveres das partes e de seus procuradores. Despesas, honorários e multas. Gratuidade de Justiça. Auxiliares da Justiça. Litisconsórcio e intervenção de terceiros.

Ponto nº 7

a) Petição inicial. Requisitos, emenda e indeferimento. Condições da ação. Pressupostos processuais. Custas processuais. Prazos. Provas em espécie. O Ministério Público na Constituição. O Ministério Público no processo civil. Ministério Público e o sistema de justiça multiportas.

b) Teoria geral dos recursos. Recursos em espécie. Ação rescisória e ações de impugnação. Precedentes obrigatórios. Incidente de resolução de demandas repetitivas. Incidente de assunção de competência. Recursos Repetitivos. Repercussão Geral. Microssistema de gestão de casos repetitivos. Microssistema de formação de precedentes obrigatórios. Lei da Ação Civil Pública. Lei da Ação Popular. Lei de Improbidade Administrativa.

c) Contestação e reconvenção. Nulidades. Sentença e coisa julgada. Preclusões. Remessa necessária. Julgamento das ações relativas às prestações de fazer, de não fazer e de entregar coisa. Liquidação de sentença. Cumprimento da sentença. Procedimentos especiais no Código de Processo Civil e em leis especiais. Ações de família. Interdição. Aspectos processuais do Código de Defesa do Consumidor, Estatuto da Pessoa Idosa, Estatuto da Criança e do Adolescente e Estatuto



da Pessoa com Deficiência. Execução de alimentos. Embargos à execução. Embargos de Terceiro. Fraude à execução.

Ponto nº 8

a) Poderes, deveres e responsabilidade do Juiz. Teoria Geral da prova. Provas em espécie. Prova emprestada. Prova ilícita. Standards de prova. Prova e tecnologia. Coletivização da prova. Sujeitos do processo. Deveres das partes e de seus procuradores. Despesas, honorários e multas. Gratuidade de Justiça.

b) Procedimentos especiais no Código de Processo Civil e em leis especiais. Ações de família. Processo coletivo. Processo Estrutural. Inquérito civil (incluindo atos normativos do MPRJ e do CNMP sobre o tema). Acordo de não persecução civil (incluindo atos normativos do MPRJ e do CNMP sobre o tema). Conflitos de Atribuição.

c) O processo nos Tribunais. Os precedentes obrigatórios. Incidente de assunção de competência. Incidente de resolução de demandas repetitivas. Controle de Constitucionalidade. Incidente de arguição de inconstitucionalidade. Ações constitucionais individuais e coletivas. Ação Direta de Inconstitucionalidade. Ação Declaratória de Constitucionalidade. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental. Representação de Inconstitucionalidade. Ação rescisória e ações de impugnação. Reclamação. Teoria geral dos recursos. Recursos em espécie.

Ponto nº 9

a) Competência. Competência adequada. Jurisdição. Juiz natural e Promotor natural. Cooperação judiciária e interinstitucional. Prazos. Atos processuais. Negócios jurídicos processuais. Nulidades. Sentença e coisa julgada. Preclusões. Teoria Geral dos recursos e recursos em espécie. Ação rescisória e ações de impugnação. Lei do Mandado de Segurança Individual e Coletivo. Cumprimento de sentença.

b) O Ministério Público no processo civil individual e coletivo. Negócios jurídicos processuais. Arbitragem. Justiça multiportas. Inquérito civil (incluindo atos normativos do MPRJ e do CNMP sobre o tema). Termo de ajustamento de conduta (incluindo atos normativos do MPRJ e do CNMP sobre o tema). Acordo de não persecução civil (incluindo atos normativos do MPRJ e do CNMP sobre o tema). Conflitos de Atribuição. Cognição judicial. Saneamento e organização do processo.

c) Tutelas provisórias. Estabilização da tutela provisória. Tutela de urgência. Tutela antecipatória. Tutela cautelar. Tutela de evidência. Suspensão da eficácia das tutelas provisórias deferidas contra o Poder Público. Formação, suspensão e extinção do processo. Petição inicial. Requisitos, emenda e indeferimento. Improcedência liminar do pedido. Audiências. Disciplina das provas no Código de Processo Civil. Procedimentos especiais no Código de Processo Civil e em leis especiais. Ações de família. Aspectos processuais do Código de Defesa do Consumidor, Estatuto da Pessoa Idosa, Estatuto da Criança e do Adolescente e Estatuto da Pessoa com Deficiência. Jurisdição voluntária. Juizados Especiais.

Ponto nº 10

a) Competência. Competência adequada. Prazos. Atos processuais. Nulidades. Sentença e coisa julgada. Preclusões. Teoria Geral dos recursos e recursos em espécie. Ação rescisória e ações de impugnação. Cumprimento de sentença.

b) O Ministério Público no processo civil individual e coletivo. Negócios jurídicos processuais.



Arbitragem. Justiça multiportas. Inquérito civil (incluindo atos normativos do MPRJ e do CNMP sobre o tema). Termo de ajustamento de conduta (incluindo atos normativos do MPRJ e do CNMP sobre o tema). Acordo de não persecução civil (incluindo atos normativos do MPRJ e do CNMP sobre o tema). Conflitos de Atribuição. Cognição judicial. Saneamento e organização do processo.

c) Tutelas provisórias. Estabilização da tutela provisória. Tutela de urgência. Tutela antecipatória. Tutela cautelar. Tutela de evidência. Suspensão da eficácia das tutelas provisórias deferidas contra o Poder Público. Formação, suspensão e extinção do processo. Petição inicial. Requisitos, emenda e indeferimento. Improcedência liminar do pedido. Audiências. Disciplina das provas no Código de Processo Civil. Procedimentos especiais no Código de Processo Civil e em leis especiais. Ações de família. Aspectos processuais do Código de Defesa do Consumidor, Estatuto da Pessoa Idosa, Estatuto da Criança e do Adolescente e Estatuto da Pessoa com Deficiência. Jurisdição voluntária. Juizados Especiais.